

## CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: ESPAÇOS SOCIAIS DEMOCRÁTICOS DE INTERLOCUÇÃO E PLANEJAMENTO

Rosilene Lagares<sup>1</sup>

Greice Quele Mesquita de Almeida<sup>2</sup>

Jocyleia Santana dos Santos<sup>3</sup>

**Resumo:** Circunscrito às temáticas “congressos e conferências nacionais de educação na década de 1990 e nos anos 2000 e planejamento educacional”, neste artigo objetiva-se discutir em que medida os congressos e as conferências no campo da educação, realizados na década de 1990 e nos anos 2000, configuraram-se (configuram-se) como espaços sociais democráticos de interlocução e instrumentos diferenciados de planejamento. Para a construção da discussão, os caminhos do processo científico, considerando os aspectos instrumentais e a discussão teórica, concentram-se em abordagem qualitativa e na construção das informações por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 são marcados pela realização dos Congressos Nacionais de Educação, denominados Coned; e a segunda década dos anos 2000, até o momento, pela realização de duas Conferências Nacionais de Educação, denominadas Conae, respectivamente em 2010 e 2014. Nestes espaços, é o da Conae/2010 o que discute diretamente o planejamento da educação. Todavia, dados os temas e objetivos secundários, os organizadores e os participantes previstos dos Coned e das Conae, é uma hipótese que esses eventos vêm tentando se constituir em espaços sociais democráticos de interlocução e instrumentos diferenciados de planejamento.

**Palavras-chave:** Gestão democrática da educação. Coned. Conae.

---

1 Doutora em educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

2 Mestre em educação e professora do Instituto Federal de Educação do Tocantins (IFTO)/Campus Dianópolis.

3 Doutora em história e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

# NATIONAL CONGRESSES AND CONFERENCES OF EDUCATION: DEMOCRATIC SOCIAL SPACES OF INTERLOCATION AND PLANNING

**Abstract:** Circumscribed to the themes “national congresses and conferences of education in the 1990s and 2000s and educational planning”, this article aims to discuss the extent to which congresses and conferences in the field of education, conducted in the 1990s and in the 2000s, they formed (they are) as democratic social spaces of interlocation and differentiated instruments of planning. For the construction of the discussion, the paths of the scientific process, considering the instrumental aspects and the theoretical discussion, focus on a qualitative approach and on the construction of the information through bibliographical and documentary research. The 1990s and the first decade of the 2000s are marked by the holding of National Congresses of Education, called Coned; and the second decade of the 2000s, so far, by the holding of two National Education Conferences, known as Conae, respectively in 2010 and 2014. In these spaces, it is Conae / 2010 which directly discusses education planning. However, given the themes and secondary objectives, the organizers and the expected participants of the Coned and the Conae, it is a hypothesis that these events have been trying to constitute democratic social spaces of interlocation and differentiated instruments of planning.

**Keywords:** Democratic management of education. Coned. Conae.

## Introdução

Circunscrito às temáticas “congressos e conferências nacionais de educação na década de 1990 e nos anos 2000 e planejamento educacional”, neste artigo objetiva-se discutir em que medida os congressos e as conferências no campo da educação, realizados na década de 1990 e nos anos 2000, configuraram-se (configuraram-se) como espaços sociais democráticos de interlocução e instrumentos diferenciados de planejamento. Isto, especificamente, com a intenção de contribuir com a construção de um tema pouco explorado, haja vista as conferências de educação estarem em evidência com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014a), para o decênio 2014-2024:

Art. 6<sup>a</sup> A União promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) **conferências nacionais de educação** até o final do decênio, precedidas de **conferências distrital, municipais e estaduais**, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação.

§ 1<sup>o</sup> O Fórum Nacional de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PNE e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a **articulação das conferências nacionais de educação com as conferências regionais, estaduais e municipais** que as precederem.

§ 2<sup>o</sup> As **conferências nacionais de educação** realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o **objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente.**

[...]

Meta 9 [...] Estratégia 19.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as **conferências municipais, estaduais e distrital** bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação; (Grifos das autoras).

O país passou a contar com a disposição legal das conferências educacionais como um dos elementos dos sistemas de educação e ensino, devendo ser realizadas em âmbito nacional, sob a responsabilidade da União, e nas demais esferas do poder público. A ideia parece ser, então, das conferências como espaços sociais democráticos de discussão da educação e como instrumentos de planejamento da educação.

Para a construção da supracitada discussão, os caminhos do processo científico, considerando os aspectos instrumentais e a discussão teórica, concentram-se em abordagem qualitativa e na construção dos dados e informações por meio de pesquisa bibliográfica e documental (CRESWELL, 2010). A fim de compreender melhor a temática, situando-a no campo das produções teóricas, realizou-se pesquisa junto ao banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); junto ao Portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); e às Revistas Brasileira de Política e Administração da Educação e Educação e Sociedade. Importa, ainda, explicitar que a pesquisa documental permitiu fazer inferências para a reconstrução do processo histórico “[...] numa espécie de reconstrução das vivências e do vivido.” E para “[...] criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos.” (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 13-14).

Em se tratando da organização lógica dos resultados da pesquisa, o artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais, abordando elementos constitutivos dos Congressos e das Conferências Nacionais de Educação realizados na década de 1990 e anos 2000; e a(s) possibilidade(s) de esses eventos constituírem-se em espaços sociais democráticos de interlocução e instrumentos diferenciados de planejamento da educação.

### **Congressos Nacionais de Educação (Coned)**

Os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000 estão marcados pela realização dos Congressos Nacionais de Educação, denominados Coned, organizados por diversas entidades representativas do campo educacional que compunham o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública (Fndep), cujos temas abordaram o planejamento da educação nacional, direta ou indiretamente, no intuito de elaborar o PNE: I Coned, Belo Horizonte, 1996; II Coned, Belo Horizonte, 1997; III Coned, Porto Alegre, 1999; IV Coned, São Paulo, 2003; e V Coned, Recife, 2004. (BRASIL, 2010a).

## ***I e II Congresso Nacional de Educação (1996, 1997): construção coletiva de documentos pelas entidades da educação para o planejamento da educação brasileira***

O I Congresso Nacional de Educação (Coned) ocorreu em Belo Horizonte (MG), no período entre 31 de julho a 03 de agosto de 1996, com o intuito de constituir-se em “um espaço e momento de debate aberto de propostas que viessem subsidiar a elaboração de um Plano Nacional de Educação” (DUARTE; SANTOS, 2014, p. 173), “e teve entre outros objetivos o de organizar a intervenção nos processos de elaboração e tramitação da LDB e a presença de mais de 6.000 pessoas” (BOLMANN, 2010, p. 665).

O Quadro 1 expressa os membros da Comissão organizadora do evento.

Quadro 1 – Comissão organizadora do I Coned – 1996

<b>Entidades</b>	<b>Representantes</b>
AELAC – Associação de Educadores da América Latina e do Caribe	Maria Regina V. Pannuti
ANDE – Associação Nacional de Educação	Afrânio Mendes Catani, César Augusto Minto Rubens Barbosa de Camargos
ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior	Evandro Ferreira Passos, Géria Maria Montanaro Franco, Maria da Graça N. Bollmann, Mauro Augusto B. Del Pino
ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação	Aída Maria Monteiro
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	Arthur Rangel, Delmar Steffen, Juçara Dutra Vieira, Júlio César Soares da Silva, Wilmar Carvalho
CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	Edson de Paula Lima
DNTE-CUT – Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação – Central Única dos Trabalhadores	José Luiz Pio Romera
FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras	João Eduardo do Nascimento, Maria da Graça Ferro Freire
SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º, 2º, 3º Graus da Educação Tecnológica	Gilberto A. Almeida, José Xavier S. Filho

Fonte: I Coned, 1996 (*apud* DUARTE; SANTOS, 2014, p. 173).

Na composição da comissão organizadora, buscou-se a representatividade de diversas entidades da sociedade civil. Duarte e Santos (2014, p. 173) destaca que “a concepção política e metodológica do Congresso foi definida por uma comissão organizadora, a partir dos aportes das entidades que compunham o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP)<sup>4</sup>”.

O eixo norteador e o tema central das discussões desse Congresso foram, respectivamente, segundo Bollmann (2010, p. 666), “Educação, Democracia e Qualidade Social” e “Construindo um Plano Nacional de Educação”, os quais “[...] [acompanharam] os demais Congressos”. E “alguns subtemas definiram o rumo das discussões para a elaboração coletiva das Diretrizes e de todas as atividades desse evento que inaugurou, no País, a elaboração, pela sociedade civil, de um Plano de Educação: Estado e Educação”.

Iniciava-se, então, um novo momento na história do planejamento educacional na educação Brasileira, com o processo de elaboração de um plano de educação proposto pela sociedade civil em um evento nacional, que contava com a participação de diversas entidades do campo educacional.

Duarte e Santos (2014) informam que no I Congresso foi elaborado um documento denominado Educação, Democracia e Qualidade Social – Carta de Belo Horizonte, o qual serviu de base para a continuidade do processo de construção do Plano e preparação do II Coned, espaço concebido como momento de discussão e aprovação do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira.

Em 1996, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), para Bollmann (2010, p.665), foi “resultante dos acordos políticos entre os poderes Executivo e Legislativo e que teve seu ápice entre fevereiro de 1995 e dezembro de 1996”, e “alterou a elaboração democrática da LDB e o diálogo do Fórum Nacional com a Comissão Suprapartidária de Educação, o que apontava para um período de dificuldades para as propostas do Fórum”.

---

4 O FNDEP surgiu em 1986, em função das articulações para a elaboração da nova Constituição Federal pós-regime militar. Inicialmente, denominado Fórum da Educação na Constituinte em Defesa da Escola Pública e Gratuita, seu lançamento oficial ocorreu em 9 de abril de 1987, na Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita, na mesma semana da instalação da Subcomissão da Educação Cultura e Esporte da Constituinte, na primeira fase da Assembleia Nacional Constituinte. O Fórum foi composto, inicialmente, por 15 entidades nacionais, a saber: ANDES – Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior; ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação; ANDE – Associação Nacional de Educação; ANPAE – Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação; SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; CPB – Confederação dos Professores do Brasil; CEDES – Centro de Estudos de Educação e Sociedade; CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores; CUT – Central Única dos Trabalhadores; FENOE – Federação dos Orientadores Educacionais; FASUBRA – Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras; OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; SEAF – Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas; UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas; e UNE – União Nacional dos Estudantes (GOHN, 1999; BOLLMANN, 2010).

Após a aprovação da LDB e com base nas diretrizes do I Coned, as entidades do Fndep, mobilizadas na resistência, promoveram em todo o território nacional diversas atividades, como encontros e seminários locais, regionais, nacionais que antecederam e garantiram a realização do II Coned, culminando na consolidação do documento PNE: Proposta da Sociedade Brasileira (BOLLMANN, 2010).

Os membros do Fndep consideraram importante promover discussões para a construção do PNE em âmbitos estadual e municipal do no País, e, com base em Duarte e Santos (2014, p. 174), “coube à Comissão Organizadora do II Coned acompanhar esses debates e sistematizar as contribuições para apreciação da plenária”.

Em 1997, entre os dias 6 e 9 de novembro, na cidade de Belo Horizonte (MG), ocorreu o II Coned, com eixo central “Educação, Democracia e Qualidade Social”, e o tema “Consolidando um Plano Nacional de Educação”. Seus subtemas foram definidos a partir dos temas organizativos do documento do PNE (BOLLMANN, 2010, p. 668): Organização da Educação Nacional, que incluía: Sistema Nacional de Educação; Gestão Democrática da Educação; Financiamento da Educação; Níveis e Modalidades de Educação, incluindo: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Educação de Jovens e Adultos; Ensino Médio e Educação Profissional; Educação Superior; Formação de Profissionais da Educação.

O evento culminou com a consolidação do documento Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira, pela Comissão Organizadora, cujo caráter extrapola o mero documento formal e se transforma em um referencial político de atuação, tendo como pressupostos “Educação, Democracia e Qualidade Social” (BOLLMANN, 2010, p. 668).

O Quadro 2 traz os nomes dos representantes na Comissão Organizadora e suas respectivas entidades.

Quadro 2 – Comissão responsável pela sistematização do documento PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, 1997

<b>Entidades</b>	<b>Representantes</b>
AELAC – Associação de Educadores da América Latina e do Caribe	Maria Regina V. Pannuti
ANDE – Associação Nacional de Educação	César Augusto Minto, Nobuko Kawashita
ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior	Géria Maria Montanaro Franco, Maria da Graça N. Bollmann
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação	Juçara Dutra Vieira, Márcia Dorneles, Maria Teresa Leitão
ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo	José Marcelino Resende Pinto, Lisete Regina Arelaro, Otaviano Heleno
DNTE-CUT – Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação – Central Única dos Trabalhadores	José Luiz Pio Romera

<b>Entidades</b>	<b>Representantes</b>
FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras	Maria da Graça Ferro Freire
ADFSCAR	Marília Leite Washington, Rubens Barbosa de Camargo
SMED – Secretaria Municipal de Educação de Diadema	Lívia Castro

Fonte: II Coned. Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (1997 *apud* DUARTE; SANTOS, 2014).

Na Comissão Organizadora do II Coned, estiveram presentes muitos dos membros da Comissão da 1ª edição do Congresso, fenômeno que levanta a hipótese da continuidade no campo das ideias dos dois eventos.

Bordignon (2011) destaca que foram apresentadas duas propostas de PNE ao Congresso Nacional em 1998, quase que no mesmo dia: em 10 de fevereiro, a primeira, da Sociedade Brasileira (PL nº 4.155/98), elaborada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e apresentado ao Plenário da Câmara pelo Deputado Ivan Valente; em 11 de fevereiro, a segunda, do Executivo ao Congresso Nacional, de iniciativa do Ministério da Educação.

Para Duarte e Santos (2014, p. 174), o contexto era, então, de disputa, no âmbito da sociedade e do Poder Legislativo, de projetos e de concepções políticas de educação:

A literatura de política educacional [...] vai contrapor as duas proposições de PNE, identificando-as, não como projetos partidários diferenciados e em disputa, **mas como concepções diversas de planejamento da articulação entre Estado e sociedade no campo educacional** (Grifos das autoras).

Bollmann (2010) analisa, também, que a proposta da sociedade brasileira condensou a construção coletiva e democrática, com base na reflexão acumulada nos movimentos sociais do campo da educação, e expressou as concepções das entidades do campo democrático-popular que integravam o Fndep.

### ***III e IV Congresso Nacional de Educação (1999, 2002): disputa de projetos societários e educacionais***

O III Congresso Nacional de Educação (Coned), também realizado por entidades do campo educacional democrático-popular, em dezembro de 1999, em Porto Alegre (RS), ocorreu em um momento histórico de disputa de projetos sociais e, como consequência, educacionais, reeditando, por um lado, com diferentes personagens, a condução do processo democrático de elaboração de uma proposta alternativa de educação, a do Fórum Nacional (BOLMANN, 2010).

Com o tema “Reafirmando a Educação como direito de todos e dever do Estado”<sup>5</sup>, seu principal objetivo é implementar o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira. Das discussões no Congresso resultou o documento Carta de Porto Alegre (CARTA DE PORTO ALEGRE, 1999, p.1), o qual reitera a força do neoliberalismo no campo da educação, com políticas educacionais excludentes, como pode ser observado no trecho a seguir:

[...] O contexto social, econômico e político brasileiro é o do neoliberalismo, que tenta, via globalização pretensamente inexorável, imprimir marca indelével nas políticas públicas, entre elas na de educação. Tais políticas são induzidas por organismos internacionais impostas como “acima de quaisquer suspeitas”.

Na educação vigoram as determinações do Banco Mundial que, de fato, estabelecem tanto a estrutura como a função dos vários níveis – da Educação Infantil à Pós-Graduação. Quanto às implicações deste quadro, o governo central parece apenas reconhecer algumas mazelas educacionais – sobre as quais não se sente responsável –, citando-as em textos oficiais sem quaisquer relações de causa/efeito, como se “naturais” e dando seqüência e aprofundando a política dos organismos internacionais: desresponsabilização do Estado, privatização generalizada, restrição da democracia, flexibilização das relações do trabalho, privilégio da racionalidade técnica, exclusão social.

O documento base do III Coned (1999, p. 1) reitera que o principal objetivo do Congresso era implementar o documento PNE – Proposta da Sociedade Brasileira entendendo a necessidade de sua atualização: “de seus dados e a definição de estratégias mais eficazes de sua implementação em diferentes níveis de profundidade e abrangência com base numa avaliação consistente da correlação de forças da luta que travamos no contexto político atual”.

Explicita que seu caráter foi triplo, sendo “informação e análise, constatação e denúncia, definição e articulação de políticas educacionais”, e argumenta sobre o desafio de “dinamizar os Fóruns Estaduais e Municipais em Defesa da Escola Pública”, tornando-os espaços de planejamento da educação: “Tais organismos devem chamar para si a tarefa de elaborar Planos Municipais e Estaduais de Educação, à semelhança do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, em termos do processo democrático de sua construção e do seu conteúdo” (CARTA DE PORTO ALEGRE, 1999, p. 1).

A Carta reforçou as teses de construção de “planos de Estado e não de governo”; de que “estão em jogo dois projetos antagônicos de educação e de sociedade”; de que “como instrumentos de planejamento, os Planos de Educação têm necessariamente uma dimensão política e outra técnica”; de que “o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira e os demais Planos a serem elaborados nos Estados e Municípios constituem-se em alavancas e não no ápice da nossa luta”, pois “o ápice será o fim do projeto neoliberal [...] e a inflexão em favor de um projeto democrático e popular”; e de que “nessa empreitada, o envolvimento e

---

5 Ainda não foram encontrados documentos explicitando a Comissão Organizadora desse evento.

a participação da sociedade é imprescindível” (CARTA DE PORTO ALEGRE, 1999, p. 1).

Em São Paulo, nos dias 23 a 26 de abril de 2002, foi realizado o IV Coned, em contexto semelhante de enfrentamento entre dois projetos opostos de sociedade e de educação, pois já estava aprovada a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), com o PNE.

O Quadro 3 explicita as respectivas entidades que compuseram a Coordenação e Organização Nacional do Congresso.

Quadro 3 – Coordenação e Organização Nacional do IV Coned – 2002

<b>Entidades Representantes</b>	
AELAC – Associação de Educadores da América Latina e do Caribe	CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
ANDE – Associação Nacional de Educação	CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior	CUT – Central Única dos Trabalhadores
ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Professores da Educação.	ENECOS – Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação social
ANPAE – Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação	EXNEPe – Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia
ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Educação	FASUBRA SINDICAL – Federação de Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Brasileira
CAED – Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT	FORUMDIR – Fórum Nacional de Diretores de Faculdade/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras
CEDES – Centro de Estudos de Educação e Sociedade	MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
CFP – Conselho Federal de Psicologia	SINASEFE – Sindicato Nacional dos servidores da Educação Básica e Profissional
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação	UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas  União Nacional dos Estudantes

Fonte: Carta de São Paulo, IV Coned (2002, p. 3).

Com base na Carta de São Paulo (IV CONED, 2002, p. 3), o Congresso contou, também, com uma Coordenação e Organização locais compostas pelo Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública de São Paulo (FEDEP-SP), pela

Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Diadema<sup>6</sup>.

Com o tema “Garantir direitos, verbas públicas e vida digna – uma outra educação é possível”<sup>7</sup>, o IV Coned apresentou um plano de lutas com duas ações, as quais, para Dourado (2010, p. 686), “sinalizam duas ações políticas concretas, [...] no sentido de se avançar no contexto do atual PNE”:

- 1) Participar da elaboração dos planos estaduais e municipais referenciados no PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, articulados, onde houver, com os respectivos Fóruns Estaduais e Municipais em Defesa da Escola Pública;
- 2) Lutar pela derrubada dos vetos presidenciais à Lei n. 10.172/2001 (PNE do governo). Ao defender a derrubada dos vetos, a posição indica um reposicionamento com relação à revogação do PNE, sem prejuízo da manutenção do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira como a referência para as políticas educacionais (CARTA DE SÃO PAULO, IV CONED, 2002, p. 3).

Os dois últimos Coned, realizados, respectivamente, no final dos anos 1990 e início de 2000, foram marcados pela tensão em torno do planejamento nacional da educação, em especial, na forma do um Plano Nacional construído de modo democrático e garantindo o direito à educação.

### ***V Congresso Nacional de Educação (2004): defesa da educação pública***

O V Congresso Nacional de Educação (Coned), realizado em Recife (PE), entre os dias 2 a 5 do mês de maio de 2004, aconteceu em uma conjuntura de ampliação e aprofundamento das consequências de políticas desastrosas para as áreas sociais nos últimos quinze anos de governos civis. O País saíra da ditadura militar, mas o período de repressão e autoritarismo militar fora substituído pelos desmandos da maioria dos governos civis, no que corresponde às políticas públicas e sociais, quase nunca atendendo ao chamado “Estado de bem-estar social” (BOLLMANN, 2010).

Com o tema “Educação não é Mercadoria” (BOLLMANN, 2010, p. 669), o V Congresso discutiu os problemas e as questões polêmicas, de ordem quantitativa e qualitativa, presentes em todos os níveis e modalidades educacionais, decorrentes desse quadro conjuntural. Decidiu-se que tais problemas e questões exigem estudos e debates, para que os setores organizados da sociedade civil avancem na luta por uma educação de qualidade para todos, com o objetivo de proporcionar a todas as pessoas níveis sempre crescentes de humanização e de cidadania (CARTA DE RECIFE, V CONED, 2004, p. 2).

---

6 Não foram encontrados documentos constando os nomes dos sujeitos participantes.

7 Não foram encontrados documentos constando os objetivos específicos desse evento.

## Conferências Nacionais de Educação (Conae)

A segunda década dos anos 2000, até o momento, é marcada, até o momento, pela realização de duas Conferências Nacionais de Educação, denominadas Conae, respectivamente em 2010 e 2014, e antecedidas por Conferências que discutiram temas setorializados da educação nacional. O Ministério da Educação (MEC) realizou tais conferências, sendo organizadas a partir de demandas de movimentos sociais e setores da sociedade civil e em parceria com outros órgãos de governo ou instituições da sociedade.

Entre as Conferências, podem ser citadas a Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (Confetec/2006), a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (Coneei/2009), o Fórum Nacional de Educação Superior (Fnes/2008) e a Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb/2008) (BRASIL, 2010a).

Pogrebinski e Santos (2011) destacam que, a partir de 2003, com o início do Governo Lula, as Conferências assumem um novo caráter: “as Conferências nacionais, inobstante o seu caráter consultivo e não vinculante, assumem feição propriamente participativa, deliberativa, normativa e representativa”, saindo do modelo apenas de consulta. Esse é um período marcado, também, pela transição das Conferências com temas setorializados para as Conferências discutindo a institucionalização do Sistema Nacional de Educação (SNE).

Fernandes (2010, p.1032-1033), Coordenador da Comissão Organizadora Nacional da Conae/2010, explicita as origens da ideia da realização de uma Conferência Nacional organizada pelo Ministério da Educação, reiterando que a proposta nasce na sociedade civil e é histórica, afirmando que,

Na realidade, a ideia da conferência era da sociedade civil, uma reivindicação antiga do movimento social de que houvesse instâncias de interlocução, **no caso conferências nacionais, se desdobrando em conferências estaduais e municipais**. Aliás, as entidades do movimento social já fizeram bem isso, porque as duas principais experiências que eu coloco como coletivas, das entidades do movimento social, são **as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) e os Congressos Nacionais de Educação (CONEDs)**. São duas experiências bem coletivas, construídas no nosso país. É claro que várias entidades têm suas experiências específicas, no caso dos congressos, dos seminários e das conferências, mas eu diria que as CBEs e os CONEDs são as duas experiências importantes da sociedade civil. Porém, essas conferências aconteceram sob a responsabilidade e sob a condução específica das entidades, não houve a participação do Estado, da institucionalidade. E a grande reivindicação da sociedade era que o Estado estivesse presente na discussão da educação junto com os movimentos sociais.

É uma hipótese que o governo federal tenha institucionalizado as Conae em atendimento a demandas de educadores/entidades desde os anos de 1980, com a promoção e organização de eventos dessa natureza por meio de entidades da sociedade civil, sendo, então, “[...] fruto de uma longa trajetória de conferências constituídas por diversos movimentos sociais e, nesta chave, pode ser considerada

uma conquista dos movimentos sociais ligados à área de educação” (GOUVEIA, 2010, p. 1).

### ***I Conferência Nacional da Educação/2010***

A I Conferência Nacional da Educação (Conae), realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, em Brasília-DF, teve como tema “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”, e foi precedida de Conferências Municipais, Intermunicipais e Estaduais, realizadas durante o ano de 2009. Contou com intensa participação da sociedade civil, de agentes públicos, entidades de classe, estudantes, profissionais da Educação, pais e estudantes. Ao todo, foram credenciados 3.889 participantes, sendo 2.416 delegados e 1.473 entre observadores, palestrantes, imprensa e equipe de coordenação, apoio e cultura (BRASIL, 2010a).

O seu Regimento Interno (BRASIL, 2010b, p. 3-4) apresenta os objetivos da Conferência, dentre os quais está o planejamento da educação na forma de um plano nacional, e incluindo os entes federados nesta tarefa:

I - construir conceitos, diretrizes e estratégias nacionais para a efetivação do Sistema Nacional Articulado de Educação;

II - indicar as Diretrizes e Estratégias de Ação para o **Plano Nacional de Educação** (PNE 2011- 2020);

III - instalar processo de institucionalização do Fórum Nacional de Educação, convocado e estabelecido pelo Ministério da Educação, como instância consultiva de articulação, organização, acompanhamento da política nacional de educação e de coordenação permanente das próximas conferências nacionais de educação no âmbito do Sistema Nacional Articulado de Educação;

IV - integrar todos os níveis, etapas e modalidades da educação numa abordagem sistêmica, com vistas a edificar o Sistema Nacional Articulado de Educação, **especialmente no tocante ao planejamento** e gestão, avaliação, financiamento, formação inicial e continuada dos trabalhadores em educação, além da garantia das condições de oferta de ensino com qualidade social;

V - propor reformulações necessárias ao marco legal da educação nacional **para que o planejamento de ações articuladas entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios se torne uma estratégia basilar para a implementação do Plano Nacional de Educação;**

VI - indicar as condições para a definição de políticas educacionais que promovam a inclusão social e valorizem a diversidade;

VII - definir diretrizes para orientar a qualificação e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem nas redes públicas de ensino e nos estabelecimentos privados de educação (Grifos das autoras).

Para a realização desses objetivos, houve uma mobilização e trabalho conjunto entre Estado e sociedade civil organizada, em especial, as do campo educacional. Dessa forma, o Documento Final da Conae (BRASIL, 2010c, p. 12) caracterizou a Conferência como espaço de mobilização e participação democrática:

A Conae constituiu-se, assim, num espaço democrático de construção de acordos entre atores sociais, que, expressando valores e posições diferenciadas sobre os aspectos culturais, políticos, econômicos, apontam renovadas perspectivas para a organização da educação nacional e para a formulação do **Plano Nacional de Educação 2011-2020**. (Grifos das autoras).

A Conferência foi organizada seguindo as orientações de um Regimento Interno elaborado pela Comissão Organizadora Nacional, função atribuída pela Portaria Normativa nº 10, de 3 setembro de 2008, que instituiu como seria composta essa Comissão, estabelecendo, também, orientações iniciais para a realização de Conferências, em 2009, em etapas municipais, estaduais e distrital. A Comissão Organizadora da Conae teve representantes de 34 entidades diferentes, contando com membros titulares e suplentes (BRASIL, 2010b).

Gouveia (2010, p. 4) afirma que a novidade na realização da Conferência/2010 “foi que o governo federal compôs a comissão organizadora e subsidiou financeiramente a realização da conferência. O que, se não lhe confere a condição de uma conferência do governo, representa um reconhecimento institucional dessa forma de decidir as políticas públicas”.

Apesar da existência das várias conferências com discussões das políticas educacionais, a Conae teve um caráter especial, pois foi organizada pelo governo tanto nos aspectos administrativos quanto financeiros.

A Comissão Organizadora da Conae 2010 contou, também, com a participação de membros dos Movimentos em Defesa da Educação; da entidade Todos pela Educação, mantida por instituições financeiras e grupos empresariais; assim como com a participação da Confederação dos Empresários e do Sistema S (BRASIL, 2010c, p. 4).

Fernandes (2010, p.1034) destaca que o primeiro acordo necessário para que o evento fosse realizado seria organizar a Comissão plural que representasse a sociedade civil organizada:

O grande e primeiro acordo para que a conferência acontecesse foi organizar a comissão, fazer com que a comissão organizadora acontecesse de fato. Esse foi o primeiro grande movimento. Não foi tão difícil porque nós já tínhamos a experiência da organização da CONEB, mas esse foi o primeiro desafio.

Os segmentos e setores previstos para participaram na Conferência, com base em seu Regimento Interno (BRASIL, 2010b), estão demonstrados no Quadro 4.

Quadro 4 – Previsão do número de delegados e participantes da Conae – 2010

<b>Tipo de participação</b>	<b>Quantitativo previsto</b>
Delegados natos*	71
Delegados eleitos nos estados – educação básica	1.000
Delegados eleitos nos estados – educação profissional	400
Delegados eleitos nos estados – ensino superior	600
Total de delegados por segmentos – eleitos nos estados	2.000
Delegados por setores – indicação nacional – ministérios da área social	66
Delegados por setores – indicação nacional – órgãos colegiados normativos ou executivos	57
Delegados por setores – indicação nacional – órgãos de fiscalização e controle	6
Delegados por setores – indicação nacional – gestores do MEC	83
Delegados por setores – indicação nacional – parlamentares	54
Total de delegados por setores – indicação nacional	266
Delegados por setores – indicação estadual – entidades municipalistas	15
Delegados por setores – indicação estadual – instituições religiosas	03
Delegados por setores – indicação estadual – movimento sindical	54
Delegados por setores – indicação estadual – articulações sociais em defesa da educação	120
Delegados por setores – indicação estadual – comunidade científica	87
Delegados por setores – indicação estadual – instituições de empresários	27
Delegados por setores – indicação estadual – movimentos de afirmação de diversidade	104
Delegados por setores – indicação estadual – órgãos de fiscalização e controle	58
Delegados por setores – indicação estadual – parlamentares	79
Total de delegados por setores – indicação estadual	547
Participantes-apoio (estrutura geral e feira de amostra)	291
Participantes-imprensa	44
Participantes – observadores – convidados – palestrantes	281
Total Geral	3.500

Fonte: Regimento Interno da Conae (2010b).

\* Membros titulares e suplentes da Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação.

A quantidade de delegados e tipos de participantes apontam a participação expressiva do Executivo Federal e de órgãos e entidades ligadas aos Poderes Públicos na Conferência, impelindo a indagar acerca da gestão democrática.

A discussão da temática da Conae foi materializada em seis eixos:

- I – Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional;
- II – Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação;
- III – Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar;
- IV – Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação;
- V – Financiamento da Educação e Controle Social;
- VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade (BRASIL, 2010a, p.8).

Fernandes (2010, p. 1037) apresenta os motivos que levaram a Comissão Organizadora a articular a Conae com a formulação do novo PNE, ou seja, aprovar diretrizes para o Sistema Nacional de Educação e, nessas diretrizes, aprovar também diretrizes para o PNE:

Mas nós tínhamos uma preocupação: não fazer com que a discussão da conferência fosse apenas o PNE, porque, se não, nós não poderíamos discutir o sistema, a concepção do sistema, etc. Então, nós tivemos esse cuidado, nós aqui talvez tenhamos a consciência de que o PNE, como é muito mais imediato, uma vez que o atual está terminando, com certeza é um tema muito forte. Nós podíamos ter feito uma conferência e o tema da conferência ser: Plano Nacional de Educação. Pronto. Mas nós não queríamos, nós trabalhamos para que não fosse assim. Terminou que o plano ganhou realmente uma dimensão maior, mas nós tivemos sempre o cuidado de dizer que **a conferência não ia aprovar um Plano Nacional de Educação, a conferência ia aprovar diretrizes para o sistema nacional e, dentro dessas diretrizes, ia aprovar também diretrizes para o Plano Nacional de Educação. Em alguns casos, a conferência aprovou até metas para o plano; isso é importante inclusive.** (Grifos das autoras).

O exposto reitera a tese de Saviani (1999), da estreita relação entre sistema de ensino e plano de educação, uma vez que o sistema é a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos, de modo a formar um conjunto coerente e operante. O plano configura-se, assim, como elemento essencial à institucionalização da educação (LAGARES, 2007; 2014; 2015).

Em síntese, para a discussão da temática central da Conae 2010, por meio de suas diferentes etapas no âmbito das conferências municipais, intermunicipais, distrital e estaduais, foram produzidos quatro documentos, em um processo de consolidação e de sistematização de todas as deliberações e encaminhamentos: Documento Referência (BRASIL, 2009), Documento Base (BRASIL, 2010a), Relatório das Plenárias dos Eixos (BRASIL, 2010d) e Documento Final (BRASIL, 2010c).

Da Conferência, resultou a elaboração, pelo executivo nacional, do Projeto de Lei de PNE nº 8.035/2010 (BRASIL, 2010e), documento que, segundo Oliveira

(2011, p. 483), a despeito da constituição de uma rede de discussão em âmbito nacional, não contemplou os “avanços contidos no documento final da CONAE, resultado dos debates e disputas internas ocorridos no espaço democrático de discussão que esta possibilitou, não foram, em sua maioria, contemplados no PL n. 8.035/2010”.

Entre os anos de 2012 e 2014, o PL n° 8.035/2010 tramitou no Senado e retornou à Câmara dos Deputados, sendo aprovado em 03 de junho de 2014, e sancionado sem vetos pela Presidente Dilma Roussef em 25 de junho deste ano, transformando-se na Lei n° 13.005/2014 (BRASIL, 2014a), aprovando o PNE para o decênio 2014-2014.

## ***II Conferência Nacional da Educação/2014***

Em 2014, aconteceu a II Conferência Nacional da Educação (Conae), prevista para o mês de fevereiro, mas realizada no período de 19 a 23 de novembro, em Brasília, discutindo o tema “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”. (BRASIL, 2014b).

Em um formato com algumas diferenças da anterior, foi precedida de Conferências Preparatórias e Livres (digitais e/ou presenciais), iniciadas em novembro de 2012; de Conferências Municipais e Intermunicipais, realizadas no primeiro semestre de 2013; e de Conferências Estaduais e Distrital de Educação, realizadas no segundo semestre de 2013 (BRASIL, 2014b).

O Quadro 5 traz os nomes dos representantes na Comissão Organizadora e suas respectivas entidades, sob a Coordenação Geral de Francisco das Chagas Fernandes.

Quadro 5 – Composição da Comissão Nacional de Organização da Conae – 2014

Segmento	Âmbito	Representantes
Governamental	Federal	Dilvo Ristoff, Antonio Simões Silva <b>Secretaria de Educação Superior (SESu)</b>
		Arlindo Cavalcanti de Queiroz, Paulo Egon Wiederkehr <b>Secretaria Executiva Adjunta (SEA)</b> Cleunice Matos Rehem, Cinara Dias Custódio <b>Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES)</b> Arnóbio Marques de Almeida Júnior, Antônio Roberto Lambertucci <b>Secretaria de Articulação com o Sistema de Ensino (SASE)</b>
		Maria Beatriz Luce, Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde <b>Secretaria de Educação Básica (SEB)</b>
		Anna Catharina da Costa Dantas, Mariângela de Araujo Póvoas Pereira <b>Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec)</b>
		Macaé Maria Evaristo, Martinha Clarete Dutra dos Santos <b>Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (Secadi)</b>
		Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque, Ana Rita Esgario <b>Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CEC)</b> Maria de Fátima Bezerra, Wellington Coimbra <b>Comissão de Educação - Câmara dos Deputados (CE)</b>
		Antônio Carlos Caruso Ronca, Luiz Fernandes Dourado <b>Conselho Nacional de Educação (CNE)</b> Helber Ricardo Vieira, Alexandre André dos Santos <b>Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP</b>
	Estadual	Rossieli Soares da Silva, Elza Marina da Silva Moretto <b>Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)</b> Suely Melo de Castro Menezes, Mauricio Fernandes Pereira <b>Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação (FNCEE)</b> Analise de Jesus da Silva, Maria Luiza Pinho Pereira <b>Fórum de Educação de Jovens e Adultos FÓRUM EJA</b>
	Municipal	Luiz Valter de Lima, Cleuza Rodrigues Repulho <b>União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)</b> Gilvânia C. Nascimento, Arthur Costa Neto <b>União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme)</b>

Segmento	Âmbito	Representantes
Escolas públicas	Gestores Trabalhadores	Targino de Araújo Filho <b>Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)</b> Paulo Sérgio Wolff, Rozangela Maria de Almeida Fernandes Wyszomirska <b>Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem)</b> João Batista de Oliveira Silva, Ademar de Araújo Filho <b>Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)</b> Andrea do Rócio Caldas José Carlos Aguilera, Daniel Torres de Cerqueira <b>Associações Brasileiras de Universidades Comunitárias e Profissionais</b> Andrea do R. Caldas <b>FORUMDIR – Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centro de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras</b>
		Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Marta Vanelli <b>Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)</b> Kellcia Rezende Souza, Cintia Moreira da Costa <b>Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras (Fasubra)</b> Gil Vicente Reis de Figueiredo, Elenize Cristina Oliveira da Silva <b>Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino (Proifes)</b>
Escolas Privadas	Gestores Trabalhadores	Arnaldo Cardoso Freire, Carmem Luíza da Silva <b>Representação dos Estabelecimentos de Ensino do Setor Privado</b> José Carlos Aguilera, Daniel Torres de Cerqueira <b>Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc)</b> Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti, Daniele Bernardino Pereira de Salles <b>Confederação dos Empresários e do Sistema S</b>
		Madalena Guasco Peixoto, Adércia Hostin <b>Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee)</b>
Usuários		Bárbara Bahia de Holanda Melo <b>União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)</b> Mirelly Vasconcelos Cardoso, Thiago Jose Aguiar Silva <b>União Nacional dos Estudantes (UNE)</b> Pedro Trindade Barretto, Luiz Carlos Megjorin <b>Confederação Nacional de Pais de Alunos (Confenapa)</b>
Outros segmentos		Nelson Maculan Filho, Paulo Figueiredo Lima <b>Representação da Comunidade Científica</b> Maria Margarida Machado, Ivany Rodrigues Pinto <b>Entidades de Estudos e Pesquisa em Educação</b> Márcia Angela da Silva Aguiar, Helena Costa Lopes de Freitas <b>Entidades com atuação na Política de Gestão e Formação de Profissionais</b>
		Jaqueline Pasuch, Sumika Soares de Freitas Hernandez Piloto <b>Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEB)</b> Edilene Bezerra Pajeú, Teodora de Souza <b>Movimento Nacional de Educação Escolar Indígena</b> Raimundo Jorge do Nascimento de Jesus, Iara Rosa <b>Movimentos Sociais Afro-Brasileiros</b> Daniel Tojeira Cara, Maria Lúcia Meirelles Reis <b>Movimentos em Defesa do Direito à Educação</b> Antônio Lacerda Souto, Djacira Maria de Oliveira Araújo <b>Movimentos Sociais do Campo</b> Antonio Luiz Martins dos Reis, Lucia Helena Rincon Afonso <b>Movimentos Sociais de Gênero e de Diversidade Sexual</b>

Fonte: BRASIL, Documento Final da Conae (2014c).

Seu objetivo, inicialmente, seria voltado ao planejamento da educação, sendo o de avaliar a execução do PNE, uma disposição do PL de PNE. Contudo, com a aprovação do PNE apenas em junho de 2014, ainda não havia o que avaliar de sua implantação, e o Fórum Nacional de Educação, órgão responsável pela coordenação da organização do evento, definiu outro objetivo geral, sendo o de “propor a Política Nacional de Educação, indicando responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino”. Seguido por alguns objetivos específicos: “1. Acompanhar e avaliar as deliberações da Conferência Nacional de Educação/2010, verificando seu impacto e procedendo às atualizações necessárias para a elaboração da Política Nacional de Educação. 2. Avaliar a tramitação e a implementação do PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e no desenvolvimento das políticas públicas educacionais” (BRASIL, 2014b, p. 11).

Foram organizados sete eixos em torno da temática central do evento como segue:

Eixo I – O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: organização e regulação

Eixo II – Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos

Eixo III – Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente

Eixo IV – Qualidade da Educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem

Eixo V – Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social

Eixo VI – Valorização dos Profissionais da Educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho

Eixo VII – Financiamento da Educação: gestão, transparência e controle social dos recursos (BRASIL, 2014b, p. 11).

Os eixos temáticos se articularam com a temática central da Conferência, problematizando questões educacionais recorrentes, como Sistema Nacional de Educação, Diversidade, Planejamento, Federalismo, Participação Popular na elaboração das políticas educacionais.

Com as alterações, a II Conferência deixou de ser um evento exclusivamente e voltado para o planejamento da educação nacional, transformado este tema em um de seus objetivos específicos. De qualquer modo, para Dourado (2014, p. 9), a Conae tem um importante papel político, pois:

[...] ao problematizar a necessidade do estabelecimento de diretrizes para a instituição de um sistema nacional de educação que possibilite a ação articulada entre os entes federados, a efetivação de planejamento sistemático, que, após avaliar o conjunto de ações, programas e planos em desenvolvimento, contribua para o estabelecimento de políticas de Estado, programas e ações que garantam organicidade entre as políticas educacionais no país, envolvendo os diferentes órgãos de gestão educacional (MEC, sistemas de ensino e instituições) e, ainda, destacando a necessária mediação entre o Estado, demandas sociais e o setor produtivo, de modo a se avançar

na superação do cenário educacional, historicamente demarcado pela fragmentação ou superposição de ações e programas, pela centralização das políticas de organização e gestão da educação básica no país.

### **As possibilidades que as Conferências encerram como espaços sociais democráticos de interlocução e instrumentos diferenciados de planejamento**

As Conae/2010 e 2014 foram precedidas por conferências municipais, intermunicipais, distrital e estaduais, todas acompanhando as temáticas e os objetivos das conferências nacionais. Com o tema central “Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação”, o objetivo da Conae/2010 foi especificamente para a elaboração do PNE, cujo projeto de lei foi apresentado ainda em 2010. A Conae/2014, inicialmente, seria voltada diretamente ao planejamento da educação, com o objetivo de avaliar a execução do PNE, como previsto no PL do PNE (BRASIL, 2010e). Todavia, com a aprovação do PNE apenas em junho de 2014, o Fórum Nacional de Educação (FNE), responsável pela coordenação da organização do evento, definiu outro objetivo para a Conferência, sendo o de “propor a Política Nacional de Educação, indicando responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino” (BRASIL, 2014b, p. 11). Entretanto, o planejamento da educação seria um de seus objetivos específicos: “2. Avaliar a tramitação e a implementação do PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e no desenvolvimento das políticas públicas educacionais” (BRASIL, 2014b, p. 11).

Nesse contexto, o Estado, por meio do MEC, retomou a prática histórica de organizar conferências de educação em âmbito nacional, realizando as duas edições, com temas ligados diretamente à construção de Sistema Nacional Articulado de Educação e ao planejamento da educação nacional. Embora de iniciativa do governo, incorporaram a participação da sociedade civil tanto na sua comissão organizadora quanto nos eventos, fenômenos que, em meio às contradições de projetos distintos de educação, podem ser considerados como se constituindo em espaços e instrumentos democráticos para o planejamento da educação do País.

Destaca-se, também, a relevância das Conferências realizadas nos territórios estaduais, distrital e municipais, contando com a participação de atores e setores ligados à educação, portanto, podendo ser classificados como espaços/instrumentos transformadores.

Para a discussão prevista em 2018, o documento “Manifesto em prol da democracia e da educação transformadora” (Conape, 2017, p.1), que marca o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação, trabalha com a tese de que a Conape “[...] é uma convocação à retomada da democracia no país e das vozes da sociedade civil organizada por meio dos movimentos sociais e das entidades educacionais; uma reafirmação do compromisso com uma educação verdadeiramente transformadora.”

A Conferência Nacional Popular (CONAPE, 2017, p. 1) advoga pela continuidade do movimento democrático da Conae/2014:

O amplo e democrático movimento de participação da sociedade civil na realização da 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae/2014), desde suas etapas preparatórias realizadas nos municípios, estados e no Distrito Federal, contribuiu de maneira inegável para consolidar o avanço das políticas de educação, especialmente, para o estabelecimento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 e para a elaboração ou adequação dos planos estaduais/distrital e municipais de educação correspondentes, bem como para a sua implementação e avaliação.

É com essa perspectiva que as conferências de educação podem ser consideradas como espaços sociais que vêm se constituindo de modo democrático para a interlocução e como instrumentos diferenciados do planejamento da educação, instituindo a reflexão a respeito de uma concepção pedagógica crítica, o enfrentamento das políticas ilegítimas e a construção dos sistemas de educação, com fortalecimento da escola pública e a regulamentação do ensino privado.

Como o planejamento da educação é uma arena de disputa (SANDER, 2009) de intencionalidades, de concepções de mundo, de projetos de educação, de políticas públicas educacionais, envolvendo relações de poder, para além de ação apenas técnica, as conferências, sendo espaços e instrumentos legais para a sua realização, a despeito de possíveis limitações, constituem-me como *locus* privilegiados de transformação do planejamento educacional, justamente porque as contradições, os conflitos e os problemas não são negados, ao contrário são trabalhados para serem superados coletivamente.

É oportuno destacar o papel que as conferências de educação podem conquistar no processo de monitoramento e de avaliação dos planos municipais de educação: “A Conferência Municipal de Educação é um dos instrumentos de participação social utilizados para acompanhamento da política educacional no município.” (BRASIL, 2017, p.8).

### **Considerações finais**

Em meio a contradições, constitutivas de quaisquer movimentos, em especial, as conferências vêm se constituindo em espaços sociais democráticos de interlocução e instrumentos diferenciados de planejamento do campo educacional, em construção tanto em âmbito nacional quanto municipal, distrital e estadual, possibilitando o planejamento da educação pelo Estado, aqui concebido em uma concepção ampliada, nas discussões e definições de como será investido o fundo público para a garantia do direito à educação.

Todavia, mesmo reconhecendo a importância desses espaços, o Estado precisa ser “tomado” pela sociedade civil e política nos movimentos de concepção e gestão das conferências de educação.

## Referências

BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega. Revendo o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 112, p. 657-676, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/02.pdf>.

BORDIGNON, Genuíno. **O planejamento educacional no Brasil**. Brasília: MEC, Fórum Nacional de Educação, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. **Documento Referência**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. **Documento Base Conae/2010**. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. Construindo o sistema nacional articulado de educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. **Regimento Interno Conae/2010**. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. Construindo o sistema nacional articulado de educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. **Documento final Conae/2010**. Brasília, DF, 2010c. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. Construindo o sistema nacional articulado de educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. **Relatório das Plenárias dos Eixos Conae/2010**. Brasília, DF, 2010d. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br>.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto de Lei de PNE nº 8.035**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2010e. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. **O PNE na articulação do sistema nacional de educação**: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração. **Documento-referência Conae/2014**. Brasília, DF, 2014d. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. O PNE na articulação do sistema nacional de educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração. **Documento-final Conae/2014**. Brasília, DF, 2014c. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE). PNE em Movimento. **Orientações, passo a passo, de utilização de dois mecanismos para monitoramento e avaliação dos planos de educação**: audiências públicas e conferências. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

CARTA DE PORTO ALEGRE. III Congresso Nacional de Educação (CONED). **III Congresso Nacional de Educação, 1999**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/8\\_Redemocratizacao/carta%20de%20porto%20alegre%20%20iii%20congresso%20educa%E7%E3o.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/8_Redemocratizacao/carta%20de%20porto%20alegre%20%20iii%20congresso%20educa%E7%E3o.htm)>. Acesso em: 1 out. 2016.

CARTA DE RECIFE. V Congresso Nacional de Educação (CONED). **Educação, Democracia e Qualidade Social**: educação não é mercadoria. 2004. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/25/carta4coned.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

CARTA DE SÃO PAULO. IV Congresso Nacional de Educação (CONED). **Educação, Democracia e Qualidade Social**: garantir direitos, verbas públicas e vida digna: uma outra educação é possível. 2002. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/25/carta4coned.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (CONAPE). Manifesto em prol da democracia e da educação transformadora. Brasília, DF, 2017. Disponível em <http://www.anped.org.br>

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009 questões estruturais e conjunturais de uma política. **Revista Educação & Sociedade**. Campinas, Vol. 31, nº 112, p. 677-705, jul/set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br>

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação, Conferência Nacional de Educação e a construção do Sistema Nacional de Educação: dilemas e proposições. **Jornal de Políticas Educacionais**. nº 16, p. 03-1, julho-dezembro de 2014. Disponível em [http://www.jppe.ufpr.br/n16\\_1.pdf](http://www.jppe.ufpr.br/n16_1.pdf)

DUARTE, Marisa Ribeiro; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos Santos. Planejamento e participação: os eventos nacionais na área da educação após a Constituição de 1988.

**Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 2, p. 167-179, maio-ago. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br>

FERNANDES, Francisco das Chagas. A Conferência Nacional de Educação (CONAE) e o Plano Nacional de Educação (PNE). In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v.31, nº 112, p. 1031-1058, jul –set, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br>

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez (Questões da nossa época), 1999.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. A Conferência Nacional de Educação 2010: Participação e deliberação em novas arenas de disputa. **Educere et Educare – Revista de Educação**, ISSN: 1981-4712 (eletrônica) , 1809-5208 (impressa), v. 5, n. 10, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br>

LAGARES, Rosilene. Institucionalização de sistemas municipais de educação: concepções e complexidade. **Roteiro**, Joaçaba, v. 40, n. 1, p. 149-168, jan./jun. 2015. Disponível em <http://www.editora.unoesc.edu.br>

LAGARES, Rosilene. Arranjos para os municípios no campo das políticas públicas e gestão educacional. **DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins** – V. 1, n. 01, p. 93-113, jul/dez. 2014. Disponível em <http://www.uft.edu.br>

LAGARES, Rosilene. **Organização da educação municipal no Tocantins**: entre a conservação de redes e o processo de institucionalização efetiva de sistemas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Educação (UFG/FE), Goiás, Goiânia, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (et al.). Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado. **Rev. Bras. Educ.** vol.16 no.47 Rio de Janeiro May/Aug. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br>

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS Fabiano. Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 3.p. 259 a 305, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br>

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em <http://www.scielo.br>

SANDER, Benno. Gestão educacional Concepções em disputa **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.cnte.org.br>

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, XX (69), dezembro, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br>